



PROPOSTA COMERCIAL

Prazo de Validade: 120 (cento e vinte) dias conforme edital

À
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

PREGÃO ELETRÔNICO
90.004/2024

OBJETO

O objeto da presente licitação é a prestação do serviço de Copeiragem e Garçonaria, com fornecimento dos insumos e equipamentos a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nas dependências da Controladoria-Geral da União (CGU), bem como em outros imóveis que venham ser ocupados pelo órgão em Brasília/DF conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas

CONTATOS DOS SETORES DE LICITAÇÕES:

Disque (47) 3268-0355, opção 1, para atendimento geral.

Precisa falar direto com um analista? Veja os contatos abaixo:

- **PAMELA.AGIL:** (47) 3170 3375
- **JOSUE.AGIL:** (47) 3170 3345
- **VANUSA.AGIL:** (47) 3170 3343
- **RAFAEL.AGIL:** (47) 3170 3342
- **MAISSA.AGIL:** (47) 3170 3339
- **RODRIGO.AGIL:** (47) 3170 3337
- **FELIPE.AGIL:** (47) 3170 3335
- **JEAN.AGIL:** (47) 3170 3417

Dúvidas sobre Pregões?

- Utilize nosso WhatsApp: **(47) 9996-9282**.
- Ligue: **(47) 3268-0355**, opção 7.

IDENTIFICAÇÃO DO LICITANTE:

Razão Social: AGIL LTDA

CNPJ: 26.427.482/0001-54

ENDEREÇO: RUA URUGUAI, nº 122, CENTRO, ITAJAÍ, ESTADO: SC, CEP 88.302-200

E-MAILS: comercial1@gruposs.net / comercial13@gruposs.net / comercial16@gruposs.net /

comercial14@gruposs.net / comercial17@gruposs.net / comercial26@gruposs.net / comercial19@gruposs.net /

TELEFONE: (47) 3268-0355 / (47) 99772-8115

IE: ISENTA

Nome completo do Contato: Camila Araceli Paiano

REPRESENTANTE LEGAL:

Nome Completo: Camila Araceli Paiano

Cargo/Função na empresa: Sócia Administradora

Nº. Cédula de Identidade: RG 5278333 SSP/SC
Nº. de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) 067.490.799-03
Rua Uruguai, 122, Centro, Itajaí/SC

INFORMAÇÕES BANCÁRIAS DA EMPRESA:

Instituição financeira: CAIXA ECONOMICA FEDERAL
Agência: 0416 OPER: 003 (PJ) Nº. da Conta: C/C 00006257-6

Instituição financeira: BANCO DO BRASIL
Agência: AG 8317-8 CC 140-6

Validade, prazo de execução, e demais exigências de proposta, conforme edital.

PLANILHA ESTIMATIVA DA CONTRATAÇÃO - SERVIÇOS DE COPEIRAGEM							
GRUPO	ITEM	CATEGORIA	CATSER	QUANT.	VALOR MENSAL UNITÁRIO	VALOR MENSAL TOTAL	VALOR ANUAL
				A	B	C = A*B	D=C*12
1	1	COPEIRA	14397	10	R\$ 4.866,77	R\$ 48.667,69	R\$ 584.012,30
	2	ENCARREGADO-GERAL		1	R\$ 9.463,47	R\$ 9.463,47	R\$ 113.561,66
	3	GARÇOM		10	R\$ 5.590,08	R\$ 55.900,82	R\$ 670.809,90
	SUBTOTAL			21	R\$ 19.920,32	R\$ 114.031,99	R\$ 1.368.383,86
	4	MATERIAL DE CONSUMO		DIVERSOS		R\$ 9.700,39	R\$ 116.404,64
	5	MATERIAL DE LIMPEZA				R\$ 768,89	R\$ 9.226,71
	SUBTOTAL					R\$ 10.469,28	R\$ 125.631,35
	TOTAL GERAL ESTIMADO PARA CONTRATAÇÃO						

VALOR TOTAL DO CONTRATAÇÃO: R\$ 1.494.015,21 (um milhão, quatrocentos e noventa e quatro mil quinze reais e vinte e um centavos)

CCT utilizada

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE:DF000012/2024

SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO, CONSERVACAO, TRABALHOS TEMPORARIO E SERVICOSTERCEIRIZAVEIS DO DF, CNPJ n. 00.438.770/0001-10, neste ato representado(a) por seu Presidente,Sr(a). ANTONIO JOSE RABELLO FERREIRA; ESINDICATO DOS EMPR DE EMPR DE ASSEIO, CONSERVACAO, TRAB TEMPORARIO, PRESTSERVICOS E SERV TERCEIRIZAVEIS DO DF-SINDISERVICOS/DF, CNPJ n. 00.530.626/0001-00, nesteato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). MARIA ISABEL CAETANO DOS REIS;

Planilha provisionada com custos de lucro presumido

- a) ISS, conforme alíquota município
- b) Cofins 3%, com fulcro no Art. 31, Lei 10.833/03
- c) Pis 0,65%, com fulcro no Art. 31, Lei 10.833/03
- d) CSLL / IRPJ não incluso conforme Acórdão TCU 950/07;
- e) PPR / PLR conforme o Acórdão 3336/2012 é obrigação exclusiva da contratada

1. Com relação aos custos de PROVISÕES dos ENCARGOS SOCIAIS, a saber, Aviso prévio indenizado, Incidência do FGTS sobre o aviso prévio indenizado, Multa do FGTS do aviso prévio indenizado, Aviso prévio trabalhado, Multa do FGTS em cima do aviso prévio trabalhado, Ausências legais, Licença paternidade, Ausência por acidente de trabalho, Afastamento maternidade, Ausência por doença, ETC., foram provisionados de acordo com as peculiaridades, estratégias e experiência da empresa, tendo em vista que inexistem parâmetros legais para provisões mínimas ou máximas, de acordo com o TRF 5ª no AGTR nº 67.014/RN. Por derradeiro, conforme prevê o Art. 63 da IN 05/2017, por tratarem-se de elementos de custos variáveis e dependerem da assiduidade do colaborador, podendo ou não ocorrer, serão suportados pela contratada, conforme prevê, por serem considerados como inerentes aos riscos do seu negócio.

1.1 Ainda com relação as PROVISÕES dos ENCARGOS SOCIAIS, admitir que somente são exequíveis as estatísticas orçadas pela Administração equivalem a estabelecer preços mínimos, o que é vedado por lei.

2. O custo dos uniformes e equipamentos de proteção individual é um custo variável e assim como outras rubricas, depende da estrutura organizacional e dos custos de cada empresa, logo o valor orçado está de acordo com a realidade da empresa. Ademais normas legais possibilitam a empresa renunciar aos materiais e instalações de sua propriedade.

3. Referente ao vale transporte, não é salário, é concedido apenas para empregados que necessitam do benefício para seu deslocamento residência-trabalho e vice-versa, e a declaração falsa ou o uso indevido do Vale-Transporte constituem falta grave, ou seja, empregado pode ser demitido por justa causa (Art. 7º, §1º e §2º do decreto 95.247/1987 e art. 482 da CLT). Como também com fulcro no §8º, da Lei 7.418/1985 e Art. 4º do decreto 95.247/1987, o empregador poderá proporcionar por meios próprios o deslocamento dos seus trabalhadores, e por derradeiro, com fulcro no Art. 31 e 32, da Lei 95.247/1987, e, de acordo com as peculiaridades da empresa fora provisionado o custo ideal de Vale-transporte, de acordo com as peculiaridades, estratégias e experiência da empresa.

4. Erro no preenchimento da planilha de formação de preço do licitante não constitui motivo suficiente para a desclassificação da proposta, quando a planilha puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado, conforme Acórdão 1.811/2014 – Plenário.

5. Por derradeiro, caso entenda esta comissão a necessidade de complementar a instrução desta planilha, quiçá corrigir alguma obscuridade, com fulcro na IN nº 02/2008, pedimos gentilmente vossa manifestação/notificação.

6. Segundo o acórdão nº 2.601/20 do Plenário do TCU, é imprópria a “exigência de que as propostas indiquem os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço, em vez de considerar o enquadramento pela atividade econômica preponderante do empregador”

7. É vedado à proponente incluir na Planilha de Custos e Formação de Preços:

7.1 item relativo a despesas decorrentes de disposições contidas em Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade (art. 9º, parágrafo único, incisos I a III, do Decreto n.º 9.507/2018, e art. 6º da IN SEGES/MP n.º 5, de 2017);

7.2 item relativo a despesas decorrentes de disposições contidas em Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública (art. 6º, parágrafo único, da IN SEGES/MP n.º 5/2017);

7.3 rubricas que prevejam o custeio de despesas com treinamento, reciclagem e capacitação ou congêneres, pois tais parcelas já são cobertas pelas despesas administrativas (Acórdão TCU nº 2.746/2015 - Plenário);

7.4 rubrica denominada “reserva técnica”, exceto se houver justificativa, na proposta, que indique, claramente e por meio de memória de cálculo, o que está sendo custeado, de modo a haver a comprovação da não cobertura do valor, direta ou indiretamente, por outra rubrica da planilha (Acórdãos TCU nº 2.746/2015 – Plenário, nº 64/2010 - 2ª Câmara e nº 953/2016 - Plenário);

7.5 rubrica denominada “reserva técnica”, exceto se houver justificativa, na proposta, que indique, claramente e por meio de memória de cálculo, o que está sendo custeado, de modo a haver a comprovação da não cobertura do valor, direta ou indiretamente, por outra rubrica da planilha (Acórdãos TCU nº 2.746/2015 – Plenário, nº 64/2010 - 2ª Câmara e nº 953/2016 - Plenário);

7.6 rubrica denominada “verba” ou “verba provisional”, pois o item não está vinculado a qualquer contraprestação mensurável (Acórdãos TCU nº 1.949/2007 – Plenário e nº 6.439/2011 – 1ª Câmara).

8. e-mail para correspondências e notificações que se fizerem necessárias é comercial1@gruposs.net, devendo ser declarado como RECEBIDO/NOTIFICADO apenas com resposta de recebimento e notificação, pois pode haver erros / instabilidade nos servidores e consequentemente empresa não receber e-mail, Logo após mandar e-mail, contratante se compromete a ligar para 47 3268-0355 e pedir confirmação de recebimento de e-mail, caso ligue e empresa não responda e-mail, é porque empresa não recebeu.

9. licitante está impedida de encaminhar documentos que tenham informações de outros contratos públicos e privados e da empresa em geral, tais como, DARF, Guia Pis/Cofins, DCTFweb, Guias de ISS, etc, devido a Lei LGPD assinada em outros contratos públicos e privados, sendo comprovado a regularidade através de certidões negativas, devido a impossibilidade de dividir os arquivos DARF, Guia Pis/Cofins, DCTFweb, guias de ISS, etc, por contrato. Referente RE, RET, folhas de pagamento,

serão encaminhadas apenas as páginas que correspondem aos funcionários que trabalhem no contrato com o tomador de serviços.

LGPD - LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

Art. 3º Esta Lei aplica-se a qualquer operação de tratamento realizada por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, independentemente do meio, do país de sua sede ou do país onde estejam localizados os dados, desde que:

II - a atividade de tratamento tenha por objetivo a oferta ou o fornecimento de bens ou serviços ou o tratamento de dados de indivíduos localizados no território nacional; ou (Redação dada pela Lei nº 13.853, de 2019) Vigência

Art. 42. O controlador ou o operador que, em razão do exercício de atividade de tratamento de dados pessoais, causar a outrem dano patrimonial, moral, individual ou coletivo, em violação à legislação de proteção de dados pessoais, é obrigado a repará-lo.

Art. 52. Os agentes de tratamento de dados, em razão das infrações cometidas às normas previstas nesta Lei, ficam sujeitos às seguintes sanções administrativas aplicáveis pela autoridade nacional: (Vigência)

II - multa simples, de até 2% (dois por cento) do faturamento da pessoa jurídica de direito privado, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, limitada, no total, a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) por infração;

V - bloqueio dos dados pessoais a que se refere a infração até a sua regularização;

XII - proibição parcial ou total do exercício de atividades relacionadas a tratamento de dados. (Incluído pela Lei nº 13.853, de 2019)''

Itajaí, 29/08/2024.

AGIL LTDA 26.427.482/0001-54

Sócia administradora: Camila Araceli Paiano, RG 5278333 SSP/SC e CPF nº 067.490.799-03